

## AMEAÇAS, CONFLITOS E EXPULSÕES: A luta pela terra na Bahia – áreas de abrangência do projeto da CEDITER

Charlene José de Brito <sup>1</sup>

**RESUMO:** Analisamos as atividades realizadas pela Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (CEDITER) nos primeiros anos de atuação, durante a década de 1980, na mediação de conflitos, conscientização de trabalhadores, assessoria jurídica e negociação com o Estado. Interessa-nos a forma como essa pastoral protestante agiu ante as agitações no campo nas regiões de Sítio do Mato e Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa), na introdução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na Chapada Diamantina e no assessoramento dos atingidos pela construção da Barragem Pedra do Cavalo (Recôncavo Baiano). A discussão será pautada na análise que Michael Löwy (1997) fez das interpretações de Marx e Engels acerca da religião. Focaremos nosso estudo no papel político da religião, na formação de consciências e de contestadora da ordem.

Palavras-chave: Conflitos – Protestantes – Religião

### Introdução

Desde a primeira metade do século XX, com mais intensidade entre as décadas de 1940 e 1960, as discussões acerca da posse da terra no Brasil se encontravam na ordem do dia. Foram muitos os movimentos de homens e mulheres do campo que eclodiram pós anos 50, a maioria deles influenciados pelas *Ligas Camponesas*.<sup>2</sup> Com a deflagração do *golpe* de estado contra João Goulart e o cerceamento das vias democráticas, trabalhadores/as, proibidos de se organizarem em ligas, associações e sindicatos, porém, enfrentando os mesmos problemas do período anterior, tiveram apoio das Comissões Pastorais da Terra (CPTs), idealizadas por padres e bispos católicos, e ligadas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

As CPTs surgiram no País em 1975, “momento de expansão do capitalismo no campo, quando o Estado brasileiro priorizava com incentivos fiscais as agroindústrias e os latifúndios em detrimento da pequena produção familiar”.<sup>3</sup> Religiosos e leigos, sensibilizados com a situação da população que lidava com a terra, os peões, os posseiros, os migrantes, os ribeirinhos, os índios, entre outros, iniciaram trabalhos de assessoria jurídica, formação política e mediação de conflitos. Nesse período, pós *Revolução de 1964*, uma das vias encontradas para atuar junto a esses setores foi a religiosa.

Essas Pastorais Católicas se espalharam por todo o Brasil e como estavam ligadas a CNBB tinham mais abertura, ao menos a princípio, para realizar suas atividades. Em Feira de Santana – um município do Estado da Bahia, distante da capital, Salvador, aproximadamente 109 km – diante de um cenário conturbado, de ameaças, conflitos e expulsões de trabalhadores e trabalhadores do campo, sendo constantes os pedidos de ajuda por parte dos religiosos presbiterianos ao Presbitério de Salvador, além da não aceitação do Bispo Católico D. Silvério de Albuquerque em iniciar a CPT na cidade, coube aos presbiterianos ecumênicos a execução do projeto.<sup>4</sup> Nos idos de 1982, com apoio da Igreja Presbiteriana Unida (IPU) e do Presbitério de Salvador, fundaram a Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (CEDITER), uma espécie de Pastoral Protestante, que começou a atuar “nas regiões baianas de Feira de Santana, Recôncavo, Chapada Diamantina e Vale do Médio São Francisco”.<sup>5</sup>

Os idealizadores da CEDITER, presbiterianos de visão ecumênica, fizeram parte de um segmento da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) que após os anos de 1950 começou a questionar a não intervenção dessa instituição nos problemas sociais que afetavam a maioria da população pobre do País. A IPB se mantinha alheia aos acontecimentos sociais e políticos, ainda preservava um eclesiologia tradicional e um estrangeirismo teológico, distante da realidade brasileira.

Mais próximos de uma nova forma de ser igreja, esses jovens presbiterianos, influenciados pelas “transformações sociais, políticas, econômicas, e também eclesiásticas”, que estavam ocorrendo “tanto no Brasil, quando no cenário internacional, (...) buscavam viver o Evangelho também na sua dimensão terrena e social”, com um maior envolvimento nos problemas deste mundo e em cooperação com outras denominações.<sup>6</sup> Tais mudanças que repercutiram no Brasil tiveram seu nascedouro no mundo protestante europeu, mais precisamente, a partir da Segunda Conferência Mundial da Juventude Cristã (1947), em Oslo, e da criação do Conselho Mundial de Igrejas (1948), na Holanda.

A nova geração de evangélicos, com pensamentos e ações *progressistas*, não agradou a ala mais *conservadora* da IPB. Diante da insatisfação por parte dos segmentos reacionários, esses setores mais abertos ao diálogo foram vigiados de perto, despojados de seus cargos e denunciados ao Governo Militar. Os irmãos que não mais se enquadravam na forma como a IPB estava organizada, impossibilitados de fazer parte do mesmo grupo religioso, fundaram a IPU, uma instituição ecumênica e mais aberta aos ideais dos jovens presbiterianos.<sup>7</sup> Tal abertura, além de contribuir para agregar os

dissidentes de outras igrejas, em particular da IPB, facilitou a criação da CEDITER nos anos de 1980 em Feira de Santana.

Para a presente proposta, analisaremos as atividades realizadas pela CEDITER nos primeiros anos de atuação, durante a década de 1980, na mediação de conflitos, conscientização de trabalhadores, assessoria jurídica e negociação com o Estado. Interessa-nos a forma como essa pastoral protestante agiu ante as agitações no campo nas regiões de Sítio do Mato e Rio das Rãs (pertencentes a Bom Jesus da Lapa), na introdução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na Chapada Diamantina e no assessoramento dos atingidos pela construção da Barragem Pedra do Cavalo, nas áreas do Recôncavo Baiano.

A discussão está pautada na análise que Michael Löwy (1997) fez das interpretações de Karl Marx e Frederich Engels acerca da religião. Focaremos nosso estudo no papel político da religião, na formação de consciências e de contestadora da ordem. Entendemos que a CEDITER cumpriu essa função, enquanto pastoral voltada para a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Para tal, utilizaremos como fontes os cadernos da CPT, entrevista com envolvido no projeto, documentos da entidade, cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entre outras.

### **O contexto baiano da década de 1980 – áreas de alcance da CEDITER**

Na análise realizada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), para o período de 80/81, a Bahia, juntamente com o Pará e o Maranhão foram considerados os estados em que os conflitos no campo estavam mais acentuados, acompanhados pelo Paraná, Goiás e Minas Gerais.<sup>8</sup> Em 1985, quando a CPT publicou seu caderno *Conflitos no Campo*, os dados demonstraram “que todas as regiões do País (...) [estavam] bastante infectadas pela “praga” dos conflitos de terra”, e os mesmos estados que no início da década se encontravam entre as áreas nas quais a violência contra camponeses e trabalhadores era mais aguda, ainda permaneciam no topo da lista.<sup>9</sup>

Em várias cidades da Bahia as condições de vida dos homens e mulheres do campo e dos atingidos por barragens eram alarmantes. Com a construção da Represa do *Sobradinho* nos anos de 1970, *beradeiros* e *ribeirinhos*<sup>10</sup> passaram por várias dificuldades, entre elas a falta de moradia, pois o reassentamento não se deu como o prometido pelo Governo. Além disso, após a inundação das áreas das quais tiravam seu

sustento, esses povos ficaram totalmente desassistidos. Mesmo com a criação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, da luta da CPT para que aqueles que tiveram seus espaços alagados fossem indenizados, a situação de muitas famílias ainda era bastante precária e tensa, haja vista não se adequarem a organização da colônia.<sup>11</sup>

As ameaças, os conflitos, as emboscadas, se tornaram realidade em todo o território baiano. Na cidade de Canavieiras, no Sul da Bahia, nos anos de 1985, posseiros da Fazenda Sarampo foram mortos por pistoleiros. Em Porto Seguro, também no Sul do Estado, trabalhadores rurais foram assassinados na Fazenda. Sta. Luzia pelo caseiro e parente do dono da propriedade. No mesmo ano, em Ibotirama, município situado à margem direita do Rio São Francisco, posseiros da comunidade de Cipó perdiam a vida.<sup>12</sup> Se modificarmos a direção e considerarmos apenas as áreas de atuação da CEDITER, o cenário permanecerá quase que inalterado. A situação dos desalojados de suas terras no Recôncavo Baiano, a partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo não era diferente daquela vivenciada pelos *ribeirinhos*, na década de 1970, com a criação do lago Sobradinho. Na Chapada Diamantina, em Sítio do Mato e em Rio das Rãs, eram constantes as intimidações sofridas pelos que lutavam pelo direito a propriedade.

Nas localidades em que a CEDITER começou a atuar, a Diocese Católica de Ruy Barbosa já estava desenvolvendo ou tentando realizar atividades com a população do campo através das CPTs. No entanto, devido à demanda, não conseguiam atender a todos que necessitavam de auxílio. De Sítio do Mato, o Rev. Presbiteriano José Moreira Cardoso, clamava por ajuda, este também já havia sido ameaçado. O líder quilombola, Tomé, de Rio das Rãs, também estava sofrendo com perseguições por parte de grileiros. Eram recorrentes as expulsões de trabalhadores e trabalhadoras rurais das terras e estes/as serem encontrados/as vagando pelas estradas.<sup>13</sup>

Com base na Revista da ABRA, *Reforma Agrária*, e nos cadernos da CPT, *Conflitos no Campo*, esse cenário foi comum em toda a década de 1980 na Bahia. Não foi difícil encontrar nos levantamentos realizados pela CPT a presença de autoridades religiosas, Bispos, Pastores, Padres, entre outras, que eram ameaçadas por estarem diretamente envolvidos, juntamente com os pequenos produtores, os posseiros, os sem-terra, em agitações pela propriedade do solo. Nomes como o do Rev. José Moreira Cardoso (Bom Jesus da Lapa), Pe. Juraci (Sento Sé), Pe. Perino Moreira Jordão (Lençóis), Pe. José Herenberger (Jacobina), Pe. Eugênio Molini (Andaraí), Pe. Antônio Tamarri (Saúde) figuraram sempre entre os ameaçados de morte, intimidações estas,

articuladas por fazendeiros, delegados, pistoleiros, Polícia Militar, empresas multinacionais, entre outras.<sup>14</sup>

Além dessas autoridades religiosas envolvidas na luta em favor dos pobres, encontramos também a participação de alguns jesuítas da Companhia de Jesus, comprometidos com a causa. Apesar de existir certo isolacionismo e individualismo por parte de membros da Companhia, e da polêmica em torno da participação, ou não, destes, no trabalho pastoral, houve inserção de segmentos desse grupo na luta contra a injustiça social.<sup>15</sup> Nos anos de 1960, após “transformações porque passava a Companhia de Jesus como um todo e de suas preocupações com as questões sociais”, os inicianos fundaram o CEAS, que se tornou um dos centros de resistência ao Regime Militar.<sup>16</sup>

Através da publicação de Revista *Caderno dos CEAS*, no final da década de 1960, temas que analisavam a conjuntura do momento começaram a ser constantemente veiculados. O periódico se tornou um dos difusores das críticas ao Regime de Exceção, por este violar os direitos humanos e suprimir as liberdades individuais. Muitos dos problemas que afetavam a maioria da população pobre do País, como a desapropriação para a construção de barragens, violência no campo, ameaças e assassinatos nas áreas rurais, estiveram entre as principais temáticas das publicações. A Revista apresentava uma realidade que era mascarada pelos militares, quando proibiram a liberdade de imprensa.

Esse contexto conturbado, permeado por conflitos, não era uma particularidade da Bahia. Em todo o Brasil eclodiam agitações, a maioria delas motivada pelo desrespeito dos proprietários das fazendas em relação ao limite de propriedade. Esses latifundiários expropriavam os pequenos produtores, exploravam os meeiros e rendeiros, e ameaçavam aqueles que ousassem contestar suas ações. Na Paraíba, por exemplo, após a criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), na década de 1970, os minifúndios foram sendo substituídos pelas grandes extensões de terra para o cultivo da cana-de-açúcar e conseqüentemente, as famílias que extraíam seu sustento nessas áreas, foram expulsas.<sup>17</sup>

Diante de tantos infortúnios e percebendo a necessidade de se criar uma instituição que fosse solidária com a causa dos homens e mulheres do campo, bem como dos desalojados pela construção de represas, presbiterianos ecumênicos deram os primeiros passos nos anos de 1980 para pôr em prática o projeto da CEDITER na Bahia. Essa entidade surgiu com a missão de “educar, formar e capacitar trabalhadores:

homens, mulheres e jovens rurais para o fortalecimento de suas próprias organizações e ajudá-los a exercer a sua cidadania plena”.<sup>18</sup> Em todas as suas ações tinha como princípio básico, sempre a luta pela posse da terra.

### **CEDITER – em favor da terra e contra a exploração**

Quando a CEDITER foi idealizada, em janeiro de 1982, além do contexto de agitações já exposto nas páginas anteriores, o Presbitério de Salvador tinha como motivação para a criação da entidade a “existência de Igrejas Presbiterianas em áreas de conflitos pela posse da terra no interior do Estado da Bahia”. A IPU já se encontrava atuante na Chapada Diamantina, Bom Jesus da Lapa e em Feira de Santana e há muito seus “pastores, presbíteros e leigos” estavam envolvidos “no problema agrário da[s] regi[ões]”. Afora isso, enquanto a Igreja Católica, através das CPTs, se achava na luta, lado a lado com os trabalhadores e trabalhadoras pela posse do solo, não havia “participação oficial de Igrejas Protestantes no sentido de colaborar para a solução desse problema grave”.<sup>19</sup>

A CEDITER tinha como proposta uma transformação social, baseada na conscientização de homens e mulheres, à luz de uma *Teologia da Terra*, que considerava ser “direito de todos os seres humanos de tirarem seu alimento da terra”, haja vista este se tratar do “primeiro direito do homem que aparece na bíblia”.<sup>20</sup> Entendia que a religião não poderia ter amarras, presa nos templos. Esta precisava ganhar o mundo, chegar aos lugares mais longínquos, participar ativamente das transformações econômicas, sociais e políticas e abandonar a função de apenas legitimadora da ordem, para se tornar contestadora da sociedade existente.

Em um contexto em que era difícil se trabalhar com a conscientização de trabalhadoras e trabalhadores, quer seja urbanos, ou mesmo rurais, devido à vigilância acirrada por parte dos militares, cabia à religião desempenhar essa função. É nessas circunstâncias que se torna coerente a assertiva, tão propalada nos escritos de Marx e de Engels, da religião enquanto “suspiro da criatura oprimida” e de que “em determinadas condições, (...) [esta] pode realmente desempenhar o papel principal na vida de uma sociedade”.<sup>21</sup> Com as CPTs Católicas e com a CEDITER, a religião assumiu seu papel crítico e contestatório, e aos poucos foi abrindo caminho em meio a uma sociedade que se encontrava governada por militares e com poucos espaços democráticos.



No distrito de Sítio do Mato e Rio das Rãs, em Iaçú, Itaberaba, Ruy Barbosa, entre outros, a CEDITER prestou assistência jurídica nos conflitos com os patrões que exploravam os meeiros e com grileiros que invadiam as terras dos pequenos agricultores. Na região de Sítio do Mato eram constantes as “expulsões de posseiros por meio de incêndios criminosos de suas casas, derrubadas de cercas, destruição de roças, derrubadas de casas a machado e envenenamentos de aguadas”. Um agricultor relatou que “apesar de ter sido fundado há dois anos o sindicato dos trabalhadores rurais do município ainda não conseguiu, até hoje, dar andamento numa única questão tendo a situação se agravado depois da morte do advogado Eugênio Lyra”. E até mesmo o advogado substituto “abandonou a região há vários meses também ameaçado de morte por um fazendeiro”.<sup>22</sup>

Nessa localidade a Missão Presbiteriana do Brasil Central realizou uma pequena Reforma Agrária ao distribuir o terreno comprado pela Junta Americana para 92 famílias de trabalhadores rurais. Devido às terras pertencerem aos Presbiterianos e na documentação ainda não constar o nome dos novos proprietários, estas foram alvo dos grileiros que invadiram e expulsaram os pequenos agricultores. As disputas judiciais só foram encerradas “há pouco tempo. (...) Zé Cardoso me disse que [só agora] grande parte daquelas 92 famílias está recebendo de volta” seus terrenos.<sup>23</sup>

Em Rio das Rãs, devido à perseguição sofrida pelo líder quilombola, Tomé, que era ameaçado pelos grileiros “porque ele queria que aquelas terras dos quilombolas fossem oficializadas (...) fossem registradas em cartório e com os nomes das 300 famílias daquela área”, Peter Kemerli, um sociólogo norte-americano que prestou assessoria a CEDITER por alguns anos, juntamente com a sua esposa, a mexicana Maria Arroyo, trabalharam na oficialização dessa propriedade. A CEDITER, conjuntamente com a Pastoral da Terra Católica de Bom Jesus da Lapa e “vários movimentos sindicais da região, (...) [foram] a Brasília e [conseguiram] que aquelas terras fossem colocadas em nome dos quilombolas que moravam ali há muito tempo”.<sup>24</sup>

A CEDITER também atuou na mediação para que a entrada do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) na Bahia, na região da Chapada Diamantina, fosse concretizada. A entidade contou com a ajuda da CPT de Ruy Barbosa para organizar o núcleo dos trabalhadores sem-terra. Juntas planejaram encontros de líderes do movimento com “um grupo jogado fora de uma fazenda” que já havia formado “acampamento (...) na estrada, perto de Itaberaba, entre Itaberaba e Ruy Barbosa”. Como o bispo Dom Matias, responsável pela Diocese de Ruy Barbosa não permitia o

MST naquela área, por considerar o grupo com uma postura bastante radical, coube a CEDITER e a CPT convencê-lo do contrário.<sup>25</sup>

Na região do Recôncavo Baiano, a CEDITER atuou junto à população que havia sido desalojada de suas casas e expulsas de suas terras, para áreas mais distantes do Rio Paraguaçu e sem acesso a água, após a construção da Barragem Pedra do Cavalo, intermediando a disputa dessa população com o Estado que além de expropriar os ribeirinhos, vendeu parte do terreno para fazendeiros. Uma barragem pensada “para o fornecimento de energia elétrica, irrigação e o abastecimento de energia elétrica de Feira de Santana e do Recôncavo”, e para o “aproveitamento dos recursos hídricos e naturais da área no sentido de implantar programas de desenvolvimento com os objetivos de fixar o homem na terra e diminuir o êxodo para Salvador”, tornou-se para os atingidos um verdadeiro *vale de lágrimas*.<sup>26</sup>

O Governo Estadual, não levou em consideração a existência de famílias “de milhares de lavradores, especialmente posseiros e pequenos e médios proprietários” nas áreas que seriam alagadas. Não houve qualquer coerência com o projeto inicial do Plano de Valorização dos Recursos Hídricos da Bacia do Paraguaçu ou planejamento para a relocação da população ribeirinha que viu suas pequenas propriedades serem inundadas.<sup>27</sup> Repetia com essas famílias o mesmo que ocorreu com os desapropriados pela Barragem do Sobradinho.

Já na área rural de Feira de Santana vale ressaltar o incentivo dado à agricultura familiar, a organização de Associações de Trabalhadores Rurais (ATRs), a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e Escolas de Famílias Agrícolas (EFAs). A instituição desde a criação contou com o apoio da entidade não governamental Pão Para o Mundo (PPM), órgão ecumênico de origem alemã, ligado às Igrejas Evangélicas Alemãs, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. Firmou parcerias com a CPT, com o Movimento de Ação Comunitária (MOC) e com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

### **Considerações Finais**

A CEDITER nasceu como uma pastoral evangélica destinada a prestar assessoramento à população desassistida do campo. Trabalhou, desde a sua fundação, na mediação de conflitos pela posse da terra nas regiões de Feira de Santana, Chapada Diamantina, Recôncavo Baiano e Bom Jesus da Lapa. Entre os assistidos pelo projeto estavam os sem-



terra, posseiros, peões, pequenos proprietários, os ribeirinhos atingidos por barragem, beradeiros, entre outros. Tinha como principal objetivo, intervir na situação de miséria e exploração a qual homens e mulheres estavam submetidos, enquanto os grandes proprietários de terra eram beneficiados.

Os idealizadores, presbiterianos ecumênicos, foram sempre motivados pela possibilidade de transformação da realidade brasileira, que no período em questão, a década de 1980, era marcada por inúmeras agitações no campo. A população das áreas rurais, desde a proibição das *ligas camponesas* em 1964, sob vigilância constante, ficou impossibilitada de se organizar em prol da defesa de seus direitos, cabendo aos grupos religiosos, através de comissões pastorais, a denúncia das mazelas que os trabalhadores e trabalhadoras sofriam, bem como a modificação de tal situação.

Inspirados em uma *Teologia da Terra*, entendiam que a propriedade do solo era um direito fundamental do ser humano. Para esses evangélicos de viés ecumênico, não era possível admitir que a posse da terra estivesse concentrada nas mãos de uns poucos, em benefício de alguns, enquanto a maioria da população era expropriada de seus pequenos lotes ou permanecia perambulando pelas estradas sem acesso a terra para cultivar. Lutaram lado a lado com esses/as produtor/as, contribuíram na formação de lideranças, na fundação de cooperativas e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, enfim, viram nos trabalhadores e trabalhadoras os principais agentes da sua própria transformação.

---

<sup>1</sup> Charlene José de Brito, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – PGH, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, e-mail: charlabrito@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Ver MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e os Conflitos no Campo. In: Saeculum – Revista de História, n. 18, João Pessoa, jan/jun. 2008, p. 11-31.

<sup>3</sup> FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). In: *Sacrilegens* – Revista dos alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF. n° 1, v. 1, Juiz de Fora, 2009, p. 138.

<sup>4</sup> Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia.

<sup>5</sup> ARQUIVO PARTICULAR DO REV. JOÃO DIAS DE ARAÚJO. Boletim Informativo. *CEDITER: Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra*. Feira de Santana: 2001.

<sup>6</sup> SILVA, Elizete da. Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 66.

<sup>7</sup> Para compreender como se deu a reação dos membros da IPB contra os presbiterianos ecumênicos ver ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras: a história sombria da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

<sup>8</sup> Revista *Reforma Agrária*. n. 5, v. 13, Campinas – São Paulo, set/out., 1983, 46-48. Dados da Associação Brasileira de Reforma Agrária, p. 46.

<sup>9</sup> ARQUIVO CEDITER – HERBERS, Raul G. Conflitos no Campo: o que dizem os dados. In: Revista *Reforma Agrária*. n. 2, Ano 19, Campinas – São Paulo, ago/nov. 1989, p. 52.

- 
- <sup>10</sup> Enquanto os *ribeirinhos* seriam aqueles que viviam nas margens dos rios, os *beradeiros* eram os que viviam nas encostas das estradas, das rodagens, das estradas de ferro. Ely Estrela já menciona os ‘*beraderos*’ como pessoas que vivem dos rios, mas com um *modus vivendi* baseado em um fazer, em um saber fazer e num sentir específico. Ver: ESTRELA, Ely Souza. *Sobradinho: retirada de um povo*. Salvador: EDUNEB, 2010, p. 31.
- <sup>11</sup> ESTRELA, Ely Souza. *Sobradinho: a retirada de um povo*. Salvador: EDUNEB, 2010.
- <sup>12</sup> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos *Conflitos no Campo*. Goiânia: Setor de Documentação – CPT, 1985, Anexos, quadro 11.
- <sup>13</sup> Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia.
- <sup>14</sup> Ver COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos *Conflitos no Campo*. Goiânia: Setor de Documentação – CPT, 1985-1990.
- <sup>15</sup> COSTA, Iraneidson Santos. *Que Papo é Esse? Igreja Católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- <sup>16</sup> ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *CEAS: Jesuítas e a questão social durante a Ditadura Militar*. Dissertação (Mestrado em História Social), UFBA, Salvador, 2007, P. 39-40.
- <sup>17</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Os Missionários e a caminhada dos pobres no Nordeste*. Dissertação (Mestrado em História Social), UFBA, Salvador, 2007.
- <sup>18</sup> ACERVO CEDITER – Boletim Informativo – CEDITER. Feira de Santana: 2001.
- <sup>19</sup> ACERVO CEDITER – Ata nº 1 – História da CEDITER. Feira de Santana: 01 de jun. 1985, p. 01. Localização 1.H.
- <sup>20</sup> ARAÚJO, João Dias de. Teologia do Povo e Teologia da Terra. In: MATEUS, Odair. *Teologia no Brasil: teoria e prática*. São Bernardo do Campo: ASTE, 1985, Apud SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 202.
- <sup>21</sup> LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. In: Revista de Ciências Sociais – Lua Nova. nº 1, vol. 40, Rio de Janeiro, 1997, p. 159. Conferir também MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *Sobre a Religião*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- <sup>22</sup> FLOMIGLI, Pedro. Missão da Terra na Lapa. In: *Caderno do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS*. Salvador: nº 57, set/out, 1978, p. 51. Ver também: COSTA, Iraneidson Santos. *Que Papo é Esse? Igreja Católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- <sup>23</sup> Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia. Ver também SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Ecumênicos em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 198-199.
- <sup>24</sup> Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia.
- <sup>25</sup> Entrevista com o Reverendo João Dias de Araújo, concedida à autora em 16 de junho de 2011, Feira de Santana/Bahia.
- <sup>26</sup> JOSÉ, Emiliano. A Barragem de Pedra do Cavalo na Bahia. In: *Caderno do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS*. Salvador: nº 86, jul/ago, 1983, p. 9-15.
- <sup>27</sup> JOSÉ, Emiliano. A Barragem de Pedra do Cavalo na Bahia. In: *Caderno do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS*. Salvador: nº 86, jul/ago, 1983, p. 9-15.